

XI Encontro Associação Brasileira Ciência Política
31 de julho a 3 de agosto de 2008 – Curitiba

Área Temática: Política e Economia

**PREFERÊNCIA DOS BRASILEIROS POR REDISTRIBUIÇÃO E ATUAÇÃO ESTATAL:
INDÍCIOS PARA VOCALIZAR O ADENSAMENTO DO CONSERVADORISMO
ECONÔMICO**

Luana Passos – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal Fluminense

Fernando Gaiger Silveira – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Resumo:

O texto busca avaliar, primeiramente, o avanço de uma onda conservadora no Brasil no que concerne à ação estatal e, em segundo lugar, as conexões existentes entre essa onda, as dificuldades econômicas, em razão da crise de 2008, e os movimentos de rua de 2013.

Onda conservadora que, no caso brasileiro, se observa na redução ao apoio da intervenção estatal na economia, aos programas sociais e à tributação de caráter progressivo. Fato que se observa, também, na mobilização política de movimentos de direita retirando o tradicional monopólio dos movimentos de rua da esquerda; o aumento de parlamentares pentecostais mais extremistas frente ao secular monopólio católico; a elevação da intolerância de gênero; manifestações claras de ódio de classe; fortalecimento de forças conservadoras no Congresso Nacional; a intolerância para com as minorias sexuais; e o apelo à intervenção militar.

A avaliação dessa mudança de comportamento político, notadamente no campo econômico, será realizada com base nas informações do Barômetro das Américas, de 2008 a 2016, e na análise dos resultados da literatura econômica sobre preferências por redistribuição.

Em um segundo momento, buscar-se-á as conexões entre o aumento do conservadorismo e as manifestações de 2013, onde foi patente o ceticismo em relação às ações do estado, especialmente, na regulação ou provisão pública de mobilidade urbana, de saúde e de educação. Para tanto, realiza-se leitura crítica das análises sobre os movimentos de 2013, empregando-se das abordagens que consideram estarmos vivendo o surgimento do cidadão-consumidor, o que se reflete na ascendência da figura do contribuinte.

Palavras Chaves:

Conservadorismo econômico; Comportamento Político; Atuação Estatal; Redistribuição; Movimentos 2013

Preferência dos Brasileiros por Redistribuição e Atuação Estatal: Indícios para Vocalizar o Adensamento do Conservadorismo Econômico

1. Introdução

Depois de longo período em que as preocupações vinculadas estritamente ao desempenho econômico tinham maior proeminência, a promoção da cidadania passou a ter espaço na agenda governamental, com a área social ganhando notoriedade, em especial a partir de 2006, momento que o governo passa a adensar os programas sociais e ter como meta o enfrentamento de mazelas como a pobreza e a desigualdade.

O Brasil a partir de então se aventurou no novo paradigma emergente na literatura sobre política social – a perspectiva do investimento social, alinhando as medidas econômicas e sociais em busca de resultados favoráveis em ambas as direções e em um processo de retroalimentação. Não é exagerado, portanto, assegurar que o período recente representou um momento impar na história brasileira, na qual a interação entre as políticas econômicas e sociais permitiu a vivência de um modelo desenvolvimento inclusivo. Em que pese os avanços galgados, o país ainda convive com contingente expressivo da população em situação de vulnerabilidade e com uma oferta de serviços públicos precária, não sendo de estranhar o investimento nas políticas sociais comparecerem sempre como reivindicações dos movimentos sociais.

Mediante esse cenário de conquistas, mesmo que incompletas, é importante ponderar as percepções da sociedade sobre a atuação estatal, com relevo para compreensão de um provável movimento recente de conservadorismo econômico e descrença nas ações do Estado, o objetivo desse artigo.

A compreensão da postura dos brasileiros frente a atuação do Estado passa pela investigação das preferências dos brasileiros em relação a redistribuição e tributação, e das demandas e queixas presentes em movimentos de massa como foram as manifestações de 2013.

O Movimento Passe Livre (MPL), protagonista de início, delineou manifestações, em 2013, com uma tônica política distinta de outros momentos da história do país, dado seus princípios de apartidarismo, horizontalidade e não institucionalidade na tomada de decisão. Ademais, o teor das manifestações permite aventar que o MPL projetou motivações agregadoras (mobilidade urbana e direito à cidade), que ensejariam 2013 como um marco da história dos movimentos de rua recente.

A adesão popular se avolumou movida pela empatia pelo direito de protestar e as insatisfações da população em relação a diversos aspectos do ambiente político e social, adensando os protestos até os tornar de grande envergadura. As manifestações começaram em junho adentraram por parte de julho, em diversas capitais do país e cidades de médio

porte, seguindo-se, ainda que de modo bastante diferenciado as demandas, mas com ênfase nos questionamentos a atuação do Estado.

O texto encontra-se dividido em duas seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção se apresenta, como base na literatura e nos dados do Barômetro das Américas, as preferências dos brasileiros em relação a redistribuição e tributação. E na segunda seção se aborda as manifestações de 2013 e seus indícios de um movimento de ceticismo em relação as ações do Estado.

2. Preferências sociais: indícios de uma onda econômica conservadora

O mundo tem presenciado, nos tempos recentes, o avanço de partidos e de apoio popular a extrema direita. Só para exemplificar, em 2014, no Reino Unido, Dinamarca e França, a direita xenofóbica capturou entre 25% a 30% dos votos, superando nível entre 10% e 20% na década anterior (LOWY, 2015). E esse avanço da direita tem se alastrado para além da Europa, como atesta a vitória de Donald Trump para presidência dos EUA.

No cenário em tela as preocupações têm sido cada vez mais pujantes em relação ao avanço de uma onda conservadora no mundo. O Brasil, a despeito de ter mantido, em 2014, um partido de esquerda no governo central, merece ser investigado em relação ao fato.

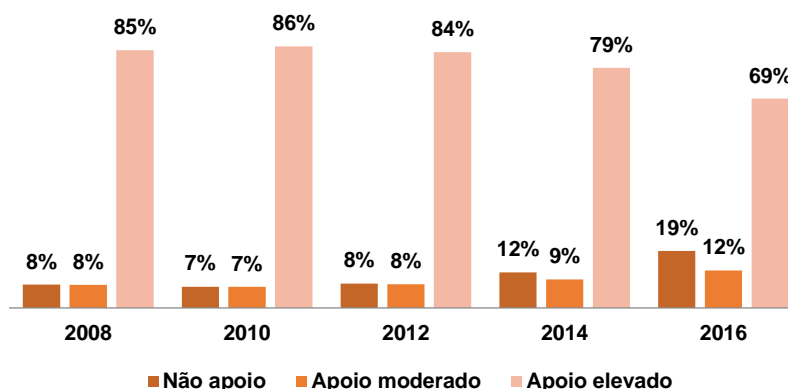
O apoio popular brasileiro ao partido de esquerda (PT) perdurou praticamente por 10 anos, não se tendo, durante esse trajeto, muitos sinais de insatisfação e de sentimentos conservadores latentes. O ano de 2013 inaugura, todavia, uma nova trajetória, na qual parece desabrochar descontentamento e sentimentos mais controvertidos da sociedade.

É importante antes de adentrar em interpretações sobre a atipicidade do ano de 2013 e de seus desdobramentos discutir o conservadorismo no Brasil recente. Uma onda conservadora, no caso brasileiro, pode estar vinculada à identificação de diferentes posicionamentos tais como: a mobilização política de movimentos de direita retirando o tradicional monopólio dos movimentos de rua como algo da esquerda; o aumento de parlamentares pentecostais mais extremistas frente ao secular monopólio católico; a elevação da intolerância de gênero; manifestações claras de ódio de classe (ARRETICHE; ARAÚJO, 2017); fortalecimento de forças conservadoras no Congresso Nacional (AVRITZER, 2017); a intolerância para com as minorias sexuais; e o apelo à intervenção militar (LOWY, 2015). No cenário econômico, o conservadorismo da sociedade se reflete na redução ao apoio de medidas de redistribuição e de atuação do Estado, e, no que mais interessa, na menor tributação mesmo que à custa de menor proteção e/ou oferta de serviços públicos pelo estado.

Os dados do Barômetro das Américas indiciam, como mostrado no Gráfico 1, que a maioria dos brasileiros é favorável a atuação do Estado em prol do enfrentamento da

desigualdade. Todavia, no período recente houve uma mitigação das preferências dos brasileiros em relação à redistribuição, saindo à categoria apoio elevado de um patamar de 85%, em 2008, para 69%, em 2016, uma redução de 16 pontos percentuais (p.p.). Cabe sublinhar que de 2008 até 2012 a porcentagem dos brasileiros que apresentavam um apoio elevado à redistribuição manteve-se mais estável, com queda de 5 p.p. entre 2012 para 2014 e de expressivos 10 p.p. entre 2014 e 2016.

Gráfico 1 – Preferência dos brasileiros a atuação do Estado na redução da desigualdade

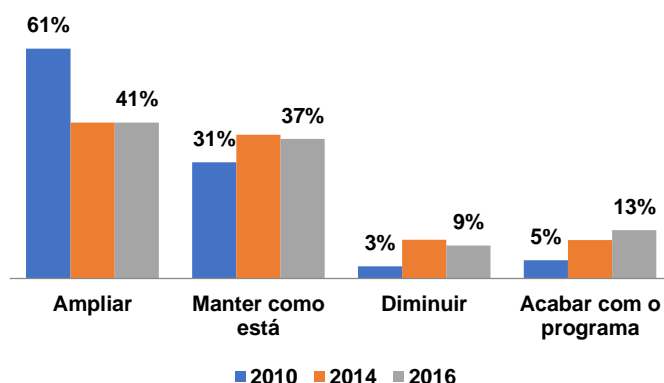


Fonte: Barômetro das Américas.
Elaboração Própria

Esse fato estilizado permite inferir que um sentimento mais conservador passou a operar depois de 2012, dado uma elevação de 11 p.p. na porcentagem dos brasileiros que eram bastante contrários a atuação do Estado em prol da redistribuição entre esse ano e 2016. Aqui se tem uma evidência de que as manifestações de 2013 podem ter atizado os sentimentos mais conservadores da sociedade em relação à atuação estatal e a solidariedade, tema discorrido na próxima subseção.

No que concerne ao programa social de maior visibilidade nacional e internacional, o Bolsa Família, verifica-se no Gráfico 2 que cerca de 40% dos brasileiros adultos, em 2016, consideravam que o programa deveria ser ampliado. Conquanto, esse apoio tem se reduzido, uma vez que, em 2010, 61% dos brasileiros eram favoráveis a expansão do Bolsa Família. Entre 2010 e 2016, aumentou em 8 p.p. o quantitativo de brasileiros que demandavam o fim do programa, com 1 em cada 8 brasileiros adultos reclamando o fim do programa, contra 1 para 20 no início da década. Isso pode ser mais um sintoma do adensamento do conservadorismo na sociedade.

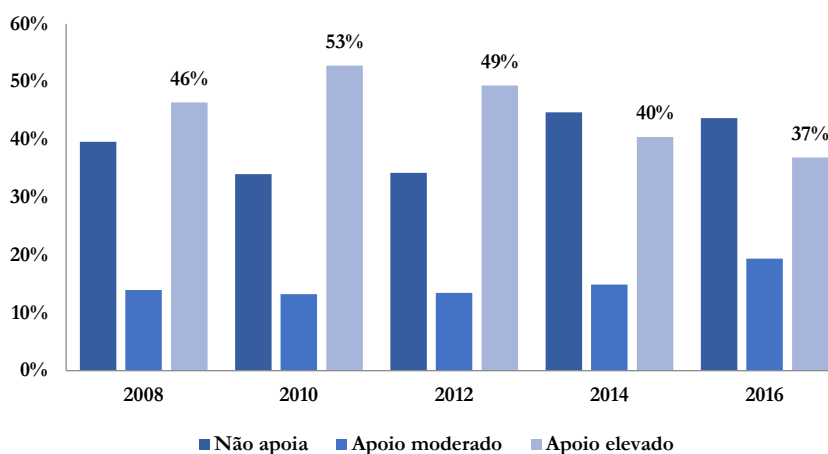
Gráfico 2 – Preferência dos brasileiros pelo Programa Bolsa Família



Fonte: Barômetro das Américas.
Elaboração Própria

O cenário quanto às preferências dos brasileiros pela intervenção do Estado na economia não se distingue da concernente ao papel do Estado na redistribuição. O Gráfico 3 mostra que, somando aos que apresentam apoio moderado com os que têm apoio elevado, a maioria dos brasileiros é favorável à intervenção do Estado na economia. Entretanto, houve uma queda, entre 2012 e 2016, do apoio elevado à participação do Estado na economia de 12 pontos percentuais, o que corrobora a hipótese do avanço do conservadorismo na sociedade.

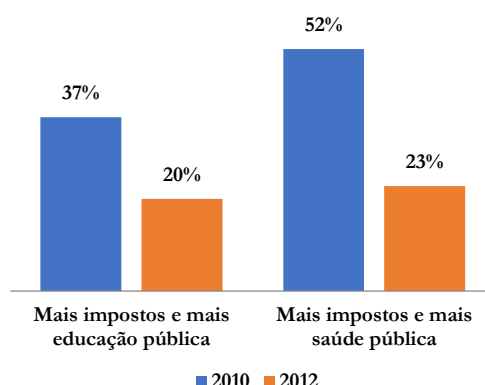
Gráfico 3 – Preferência dos brasileiros pela intervenção do Estado na economia



Fonte: Barômetro das Américas.
Elaboração Própria

Os dados mostrados abaixo sugerem que a sociedade brasileira é adepta, a despeito da mitigação recente, ao intervencionismo do Estado. No que concerne às preferências por tributação, o Gráfico 4 revela que a maioria dos brasileiros é contrária ao aumento de impostos para provisão dos serviços de saúde e educação, e, entre 2010 e 2012, os brasileiros ficaram ainda menos favoráveis. Há, mais uma vez, vestígios de que se robusteceu no Brasil recente o conservadorismo econômico.

Gráfico 4 – Apoio dos brasileiros ao aumento da tributação para prestação de serviços públicos



Fonte: Barômetro das Américas.
Elaboração Própria

A literatura brasileira apenas recentemente tem se debruçado sobre preferências por redistribuição e atuação do Estado, podendo se creditar essa incipiência à restrita disponibilidade de dados que possibilitem investigar a temática. Cabe aqui citar, brevemente, os achados. Através da aplicação de um *survey* de abrangência nacional, em 2012, Lavinás et al (2014) chegaram a conclusão de um alto apoio da população à redistribuição e atuação do Estado. Conforme os dados dos autores, 42% das pessoas preferem pagar mais impostos e ter mais saúde e educação públicas e 46% da população adulta concordam totalmente de que o governo é o promotor primário de bem-estar dos mais pobres. Ademais, mostram que mais da metade defendem integralmente que as pessoas mais ricas devem alocar uma proporção maior de sua renda em impostos frente aos mais pobres, bem como acreditam totalmente que no Brasil existem pessoas muitos ricas em contraponto a outras muito pobres, problema que deve ser enfrentado E, o mais importante, cerca de 2/3 creem totalmente que o governo deve atuar para mitigar as desigualdades entre ricos e pobres.

Arretche e Araújo (2017) concluem, valendo-se de três *surveys*¹, que, apesar da trajetória levemente descendente entre 2008 e 2014, havia uma preferência majoritária dos brasileiros (nunca menor que 80%) pela atuação do Estado na redução de desigualdades. Os mais pobres eram, até 2013, mais favoráveis que os mais ricos à intervenção do Estado, havendo uma reversão em 2014. O maior apoio dos mais ricos frente aos mais pobres à atuação estatal é contrário ao que aponta a literatura, o que demanda cautela. Não querendo antecipar o debate, mas já o fazendo, a partir de 2013 ficou nítido o descontentamento da classe média brasileira com a atuação estatal o que torna ainda mais curioso o resultado.

¹ PSIEMS; Eseb; CEM.

Arretche e Araújo (2017) ponderam que os eleitores brasileiros aparentam ter preferências contraditórias, uma vez que não se tem o mesmo grau de apoio à atuação do Estado na defesa de maior taxaço, principalmente entre os ricos, para fins redistributivos. Os autores mostram que não passa de 50% o público que é favorável à elevação da tributação para financiar ações sociais, sendo que o apoio fica entre 20% e 30% para a população que ganha mais de 10 salários mínimos. Os dados de Arretche e Araújo (2017) revelam uma queda, entre 2010 e 2014, no apoio à tributação para promover a área social. Importante ressaltar que o aumento da atuação do Estado e o enfrentamento a desigualdade não passam necessariamente pelo aumento de impostos para financiar programas sociais. O Estado pode ser mais presente e mitigar mazelas por meio de uma decisão política na alocação dos recursos que já tem a sua disposição, não sendo, portanto, imperativo a elevação da tributação.

No Brasil, o enfrentamento das desigualdades passa por mudanças na tributação em prol da progressividade e por uma decisão deliberada do governo central de propiciar inclusão social e não por elevação da carga tributária, que como se viu encontra-se nos patamares dos países centrais. Portanto, não parece contraditório a sociedade desejar concomitantemente mitigação de desigualdade e ser contrária ao aumento de impostos para financiar programas sociais. Ademais, Melo, Barrientos e Coelho (2014) chamam atenção para o fato de que é uma falha considerar que a redistribuição só pode ser atingida via tributação, uma vez que negligencia o potencial dos gastos sociais em propiciar equidade.

Chama atenção nos dados de Arretche e Araújo (2017) a redução, entre 2008 e 2014, do apoio dos mais pobres a tributação, chegando a patamares similares à aversão dos mais ricos. O desacordo parecido entre os mais pobres e os mais ricos frente à tributação para fins distributivos não encontra respaldo na literatura.

Conforme Melo, Barrientos e Coelho (2014), o Brasil encontra-se entre os países da América Latina em que a população mais considera a tributação como muito elevada, com aumento desse sentimento, entre 2003 e 2011, notadamente entre os mais pobres. Existe nesse achado pistas para se aventar um movimento conservador no que concerne a tributação, em especial entre a população mais pobre brasileira. Ratifica o desacordo dos brasileiros em relação à tributação, a pesquisa de Almeida (2010) que, com base em um *survey* 2009, buscou captar o *trade-off* entre tributação e apoio a políticas sociais. O autor conclui que os brasileiros preferem a redução dos impostos, mesmo que seja acompanhada de arrefecimento dos programas sociais. Sustenta que provavelmente as pessoas desejam ter o dinheiro em mãos para o consumo do que repassá-lo ao Estado na forma de impostos em troca da provisão de bens e serviços públicos. Esse achado desponta pistas sobre a eclosão de uma política de consumo, acentuando demandas sociais pela perspectiva do

consumidor em detrimento de anseios do cidadão. Importante sublinhar um achado de Almeida (2010) que pode auxiliar, conjuntamente com a ideia da ascendência do consumidor-cidadão, à compreensão da aversão dos brasileiros à tributação. O autor mostra que há uma crença social, amparada em dois fatos, que a suavização da tributação não necessariamente conduzirá a uma menor oferta pública de bens e serviços. O primeiro fato é que há muita corrupção, então basta combatê-la para que o Estado tribute menos e gaste mais em proteção social. A segunda é que a tributação tem efeitos perversos à dinâmica da economia, sendo que sua redução pode favorecer o crescimento econômico e, portanto, o aumento da arrecadação. Esses dois fatos amparam a elevada aversão à tributação encontrada por Almeida (2010).

As estatísticas descritivas apresentadas e os autores supracitados sugerem, quase unanimemente, que no período recente os brasileiros ficaram mais conservadores em relação à redistribuição, à tributação e atuação do Estado. E as interpretações sobre as manifestações de 2013 e seus resultados irão avaliar esse fato. Na tentativa de aguçar a análise serão apresentados os estudos econométricos que se têm no Brasil sobre as preferências por redistribuição. A literatura brasileira sobre a temática divide-se em dois polos: i) fatores que influenciam a demanda por redistribuição, e ii) investigações sobre mobilidade ascendente, futura e passada.

A demanda por redistribuição está relacionada a um conjunto de características pessoais com destaque, conforme a literatura, para sexo, cor, estado civil, educação, condição de ocupação, religião e orientação política. A estimativa de Lavinhas et al (2014) indica que as mulheres, os negros, os ateus/agnósticos são mais favoráveis a redistribuição no Brasil. No contraponto, as pessoas de classe média são menos favoráveis, e, a educação, tipo de ocupação, estado civil, idade, entre outros não apresentaram efeitos. Já Pinheiro (2015) aponta que os brancos e as pessoas com ensino superior apoiam menos as políticas redistributivas, enquanto as mulheres são mais favoráveis à redistribuição. A renda, o estado civil, a idade, o tipo de ocupação e a religião não se mostraram significativas.

A investigação sobre mobilidade ascendente futura tem por fundamento o modelo POUM² formulado por Benabou e Ok (2001). Esse modelo consiste na hipótese de que as pessoas mais pobres, mesmo sendo as beneficiárias potenciais das políticas de redistributivas, apresentariam níveis diminutos de apoio à redistribuição sempre que tivessem expectativas de mobilidade ascendente futura. Os autores formularam essa hipótese na tentativa de explicar os baixos níveis de redistribuição em países que apresentavam avultada desigualdade. O modelo parte de três premissas: a) a manutenção das políticas distributivas ao longo do tempo; b) os agentes não devem ser muito avessos

² Prospect of Upward Mobility

ao risco; e c) a renda esperada no futuro deve apresentar um comportamento crescente e côncavo da renda atual.

Silva e Figueiredo (2013) não encontram evidências de que essa hipótese se aplica à América Latina de modo geral, nem tampouco ao Brasil. Lavinhas et al (2014) encontram resultados também não significativos para mobilidade futura no Brasil. Mendéz e Waltenberg (2016) não confirmam a hipótese POUM, refutando-a na verdade, dado que o resultado aponta que os brasileiros, em 2012, com perspectivas de mobilidade ascendente, eram mais favoráveis às políticas distributivas. Os autores ponderam que o achado pode ter relação com a incerteza que paira sobre o processo de mobilidade econômica.

Além da hipótese POUM, pesquisas para o Brasil também testaram a percepção de mobilidade ascendente passada em conformidade com o modelo proposto por Piketty (1995). O modelo de Piketty (1995) parte da premissa de que a mobilidade social e econômica repercute no nível individual (nas preferências políticas) e no coletivo (resultados políticos agregados). Focado na investigação das preferências políticas de eleitores, que a despeito de apresentarem origens sociais distintas possuem atualmente posição econômica similar, o autor conclui que há um processo de aprendizado conforme a exposição das pessoas às informações sobre o papel do esforço e da sorte como caminhos para o sucesso. Assim, para Piketty (1995), os indivíduos apresentam diferentes patamares de apoio a políticas redistributivas em sintonia com suas experiências de mobilidade passada, teoria que o autor denominou de “teoria do aprendizado racional”.

Os resultados de Méndez e Waltenberg (2016) são consistentes com a teoria do aprendizado racional, uma vez que há indícios de que as experiências de mobilidade passada têm reflexos nas preferências atuais dos indivíduos. Para o caso brasileiro, os autores encontram que pessoas que percebiam terem melhorado de situação econômica nos últimos cinco anos apresentavam-se menos favoráveis à redistribuição. Em diálogo, o modelo feito por Lavinhas et al (2014) também encontra coeficiente negativo para a variável mobilidade passada como explicativa do apoio à redistribuição, sinalizando que a melhoria social dos brasileiros pode ter sido acompanhada por um movimento de conservadorismo.

Em suma, pode-se concluir, com base na literatura acima reportada, que a percepção de ascendência social futura não torna os brasileiros mais conservadores em relação à redistribuição. Por outro lado, a mobilidade social passada favorece o saudosismo econômico. Todavia, o leque ainda limitado de informações sobre a temática torna premente uma agenda de pesquisa de campo que permita de modo mais fidedigno perceber o conservadorismo dos brasileiros. Na ausência de uma pesquisa de campo, investigar as interpretações das manifestações de rua em 2013 ampliará a compreensão da ascendência

de um movimento de descrença na atuação do Estado e a ascensão da figura do contribuinte frente à do cidadão, o que será empreendido na próxima subseção.

3. As Manifestações de 2013 e os sinais de ceticismo com atuação do Estado

A despeito das dificuldades interpretativas das manifestações de junho e julho de 2013 no calor do momento terem sido de grande envergadura, ainda hoje, passados cinco anos, paira uma complexidade sobre os significados desse momento singular da história recente brasileira.

A história de grandes manifestações de rua no Brasil não é recente. O país presenciou a passeata dos cem mil, em 1968, o movimento de Diretas Já, em 1984, e protestos pelo *impeachment* de Collor, em 1992, já que para a geração que vivenciou a ditadura militar manifestar era uma agenda prioritária.

Após a agitação popular que marcou o interregno da ditadura militar para redemocratização, não se presenciou no país grandes ocupações das ruas como espaço de luta e disputa política, até no ano de 2013 se esboçar um novo cenário ao qual a sociedade, em especial a juventude, se mobilizou a protestar. Portanto, entender o rompimento da letargia contestatória de mais de dois decênios, passa pela investigação dos nascedouros e desagues de um rio de insatisfação popular que não aparentava muita latência.

As manifestações de 2013 se iniciaram em 6 de junho, na cidade de São Paulo, sendo convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL) dado a elevação de R\$ 0,20 no preço do transporte coletivo. O MPL surge no Fórum Social Mundial de 2005, porém, suas raízes organizacionais e de ação foram desenhadas em outros episódios de luta pelo transporte público, com destaque para: a Revolta do Buzu, em 2003, em Salvador, e, em Florianópolis a Revolta da Catraca, nos anos de 2004 e 2005 (DOWBOR; SZWAKO, 2013). Durante sua trajetória o MPL vem forjando um script com claro teor anticapitalista (WARREN, 2014), estando sua luta centrada na consolidação do direito a mobilidade urbana.

A aderência inicial ao movimento não foi de avultada magnitude, alçando um público de aproximadamente 2 mil pessoas. Em um segundo momento, a convocatória do MPL foi atendida por um público de aproximadamente 5 mil pessoas, mas, nessa feita, os manifestantes foram recepcionados com majorada violência pela força repressiva do Estado. As imagens e os relatos atestaram uma repressão policial desordenada com manifestantes, jornalistas e quem seguia sua rotina laboral sendo vitimados por agressões e humilhações. A sociedade brasileira e a comunidade internacional ficaram perplexas com tamanha brutalidade, reflexo de uma segurança pública militarizada.

A forma que a PM se portou, no dia 11 de junho, nas ruas de São Paulo coloriu em outros tons as manifestações, tanto na projeção midiática como nos sentimentos e

aderência da população. A primeira posição da grande mídia, como de costume, foi criminalizar o movimento, rotulando os manifestantes de vândalos. E a aparente posição da sociedade foi a que impera nos momentos em que ocorrem protestos que é considerar a causa justa, mas ficar insatisfeito com os transtornos dele proveniente. Conquanto, após dura repressão policial nos manifestantes e até nos jornalistas que noticiavam o acontecido a tônica da grande mídia foi criticar a posição da PM e convidar a população a aderir ao movimento, se alinhando a outros episódios mundo afora.

A aderência à manifestação não se limita nem está alheia à empatia pela luta movida pela repressão policial em São Paulo. Mas, encontra espaço no endosso as manifestações a agenda que o questionamento do preço do transporte coletivo mobiliza-a mobilidade urbana e o direito à cidade. No epicentro das manifestações de 2013, a megalópole de São Paulo, a mobilidade urbana desponta como uma notória problemática. Só para exemplificar, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro são responsáveis por 42,7% do total do tempo perdido em deslocamentos no país.

Mobilidade urbana é um dos elementos de relevo para a qualidade de vida em uma cidade, uma vez que por meio dela passa a acessibilidade das pessoas a distintos bens e serviços, inclusive a efetivação a direitos sociais fundamentais tais como saúde, educação, cultura. A ineficiência na mobilidade urbana afeta a população em sua totalidade, independentemente da situação socioeconômica individual. Portanto, sua melhoria é capaz de mitigar variadas privações e promover o adensamento do bem-estar social. Deste prisma, promover uma melhor mobilidade urbana é facilitar o usufruto da cidade, ou seja, é afiançar o direito à cidade aqui entendido como a confluência de direitos fundamentais básicos que se consolidam tendo a urbe como seu palco.

Em que pese os avanços galgados, em termos legislativos, dado os preceitos amparados no Estatuto da Cidade, os cidadãos brasileiros, em especial os mais pauperizados, ainda vivenciam níveis avultados de problemas vinculados à forma que se concebeu e se estruturou as cidades. Não é de se estranhar, portanto, que a pauta do preço do transporte público conjugada com a mobilidade urbana rompa com a apatia social.

A temática do direito à cidade foi discorrida aqui como um dos sentimentos que moveu a população a protestar, mas podem ser alvitradas outras motivações sociais para tamanha adesão popular tais como: os gastos com a Copa do Mundo; o desejo de ir às ruas; e as políticas públicas (saúde e educação).

O futebol sempre foi uma grande paixão e elemento aglutinador a nível nacional. Ter uma Copa do Mundo sediada em solo nacional seria o momento singular dessa população tão apaixonada presenciar as glórias e frustrações desse mundial. Todavia, à medida que se aproximava o período do evento se aglutinava questionamentos em relação aos gastos e as

ações que feriam a população mais pauperizada. E a época da Copa das Confederações esses sentimentos se intensificaram, quando ficou nítido que não haveria a miscigenação, que é comum nos estádios, no evento.

Para a surpresa geral, o povo brasileiro, que tanto se orgulha de ser pentacampeão de futebol, se reuniu nas redondezas dos estádios para protestar, entoando pedidos por transparência nos gastos públicos direcionados para a Copa do Mundo (SCALON, 2013). Evidentemente, a percepção de exclusão e injustiça deve ter influenciado manifestações específicas contra a FIFA em frente aos estádios de futebol que tiveram competições, como em Salvador, em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e em Brasília. Nessa feita, a polícia militar se portou como de costume, protegendo a classe média tradicional e rica presente nos estádios e reprimindo duramente os manifestantes excluídos, da até então populares partidas de futebol.

A indignação popular com os exorbitantes gastos com a Copa do Mundo conjugada a outros anseios atíça uma juventude, que até então não sabia o sabor de compor um vultoso movimento de massa, a protestar. Como aponta Cruz e Bonifácio (2014), a juventude de hoje não vivenciou momentos de forte resistência social, pois não lutou contra a ditadura em 1968, não marchou pelas “Diretas Já” (1983-84), não gritou “Fora Collor” (1991), e não foi contrária as privatizações e reformas estruturais da década 1990.

A conjuntura em tela, em 2013, deve ter desabrochado a aspiração latente dessa juventude de ocupar as ruas, expressando seus mais diversos e íntimos interesses e opiniões. Seria o que Pinto (2016) chamaria a expressão da demanda por reconhecimento social. Para a autora, as manifestações de 2013 foram nada menos que uma luta por reconhecimento de indivíduos fragmentados, individualizados e sem uma perspectiva política unívoca.

Outra interpretação, que dialoga com o desejo da juventude de ocupar as ruas, pode ser acessada em Avritzer (2016). O autor aponta que historicamente o projeto político brasileiro era composto por dois grandes componentes, de certa forma, integrados: a mobilização e a participação institucionalizada. Durante as gestões PT à medida que se adensava a participação institucionalizada dos movimentos sociais se enfraquecia as mobilizações, até chegar um nível em que a institucionalização engessou as mobilizações. Essa interpretação permite tanto entender a letargia de movimentos em massa, por dois decênios, como auxilia na explicação do seu esgarçamento. Inspirado em Avritzer (2016) é possível aventar que a juventude que teve pouco espaço na estrutura institucionalizada de participação no governo federal tinha um desejo velado de ser ouvida e ter suas demandas satisfeitas, e, conforme Pinto (2016), de ser reconhecida socialmente.

Nessa linha que enfatiza o papel do modelo de participação institucionalizada nos acontecimentos de 2013, Avritzer (2016) apresenta três palpites interpretativos: i) as manifestações de junho favoreceram o restabelecimento de uma dinâmica de segregação entre mobilizações não institucionais e mobilizações institucionais; ii) houve nesse momento a ruptura, de uma trajetória de 30 anos, do monopólio de esquerda na participação; e iii) a volta dos setores conservadores para as ruas. O primeiro elemento apontado pelo autor ampara a ideia aqui defendida de uma demanda da juventude não institucionalizada em ir às ruas, e os dois últimos elementos indiciam a captura dos movimentos de 2013 por setores mais conservadores da sociedade, como será discorrido mais à frente.

Somada a necessidade de protestar e de ter sua identidade reconhecida desponta outra renomada reivindicação nos protestos de 2013 – as políticas públicas de saúde e educação. As demandas nas manifestações de 2013 por políticas públicas foram entendidas de modo tão contraditório como são as análises sobre os avanços sociais na história recente. O grupo de entusiastas³, que enxergaram a última década como inclusiva, interpretaram os cartazes pedindo mais saúde e educação pública em uma linha pós-materialista, ou seja, viram sinais de que os avanços sociais foram de tamanha envergadura, na última década, ao ponto de os cidadãos saírem às ruas em busca de mais e melhores serviços e qualidade de vida mais elevada. Já os céticos a conquistas concretas em termos de promoção da cidadania e bem-estar social, pelo menos nos padrões esperados para mais de um decênio de gestão de esquerda no governo federal, vislumbraram nas manifestações de 2013 descontentamento da população como o modelo de desenvolvimento adotado⁴. Certamente, a mesclagem das duas interpretações concede um significado mais genuíno para as demandas nos protestos de 2013.

Uma interpretação alternativa que tem potencial para engendrar as duas visões é pensar a ascensão da figura do consumidor frente à do cidadão. Uma política de consumo parece ter contaminado as sociedades modernas, fazendo imperar gostos cada vez mais rebuscados e exigências por mercadorias bastante diversificadas e peculiarizadas. Essa ascendência da cultura do consumo foi criando clivagens notórias entre as distintas potencialidades de satisfação entre a oferta pública e privada de bens e serviços oferecidos à sociedade, e, por consequência, delineando uma preferencial individual pela provisão do mercado. Essa preferência pelo mercado privado em muito se assenta em uma oferta que procura milimetricamente atender os anseios do consumidor, algo não compatível com a provisão dispendida pelo Estado que visa suprir as necessidades do cidadão. Portanto, essa “política do consumo” aos poucos vem enfraquecendo a atuação estatal, dado a

³ Essa visão é comentada em: Cardoso e Di Fátima (2013), Vitagliano (2013), Cruz e Bonifácio (2014).

⁴ Essa visão aparece em Scalon (2013), Gonh (2014), Antunes (2013) e Yoruk (2013).

insatisfação popular com uma provisão de bens e serviços que não são plenamente compatíveis com a satisfação de suas demandas assim como no mercado.

Streeck (2013) aponta que a ascensão da nova “política do consumo” apresenta efeitos colaterais na “velha política”, uma vez que, ao abrir brechas para a privatização de funções estatais, enfraquece a legitimidade e base material de prestação de serviços e bens pelo Estado. O autor pondera que a cultura do consumo se espalhou entre as relações tradicionais entre a população e o Estado, engendrando nos cidadãos atitudes e expectativas de consumidores no mercado. O reflexo disso é que os cidadãos passaram a ansiar do poder público respostas para as suas demandas de modo individualizado e com o teor da oferta privada, algo incompatível com o formato da provisão estatal. À medida que se fortalece a perspectiva do consumidor frente à do cidadão ocorre a perda de legitimidade na atuação do Estado, e, como corolário se mitiga a disposição da sociedade a ser tributada, com atesta Streeck (2013) ao apontar que a resistência a tributação se adensou em quase todas as partes do mundo. O Brasil não parece estar alheio ao fortalecimento da cultura do consumo e menor disposição a pagamento de tributos operantes no mundo, com as manifestações de 2013 sendo um marco na percepção desses fatos.

Nos protestos de 2013 a “nova classe média” clamou por redução de impostos e por escolas e hospitais no “Padrão FIFA”, sinalizando sua insatisfação com a ineficiência do setor público e a diminuta qualidade dos serviços prestados (CRUZ; BONIFÁCIO, 2014). Não parece, portanto, descabido associar os pedidos de saúde e educação “Padrão FIFA”, nas manifestações de 2013, como indícios de uma cultura do consumo impregnada, uma vez que essas demandas parecem refletir um cidadão do tipo consumidor. Fontenelle (2016) comunga dessa hipótese ao considerar perceptível, nas manifestações de 2013, um imaginário cultural contaminado pela lógica do consumo, sinalizado em demandas mais próximas de uma subjetividade privatizada do que uma oferta pública universal. E, à medida que se efervescia a crítica à atuação do governo, mais água era colocado no moinho da cultura política do consumo. Os protestos de 2013 foram, portanto, marcado pela cultura do consumo no bojo do processo de privatização do que é público. Em outras palavras, o movimento de 2013 representou a “luta pelo reconhecimento do outro (o político) como negação, de si como a própria negação do político, a negação da ação pública, e uma espécie de privatização do espaço público (...)” (PINTO, 2016, p.1083).

Pode-se suscitar que o ano de 2013 representou um marco na ascensão da figura do contribuinte, uma vez que nesse momento da história o sentimento de cidadão-consumidor passou de latente para manifesto. Os contribuintes, tão presentes na mídia e no vocabulário cotidiano, são para Fontenelle (2016, p. 267) "os cidadãos que começaram a exigir do Estado o mesmo tipo de atendimento que passou a ter no mercado de consumo". O mantra

“pago muito para o que me entregam” manifesta um descrédito em relação à esfera pública e a percepção de que a oferta pública de saúde, de educação, de segurança e de transporte é ineficiente.

Se a classe média não se identifica como destinatária da oferta pública de bens e serviços por considerá-los insuficientes ou de má qualidade, a oferta que já é restrita, dado limitações orçamentárias e ajustes fiscais, tende a se fragilizar ainda mais, uma vez que se reduz a pressão social pelo seu financiamento. Um olhar sobre a conjuntura atual faz Melo, Barrientos e Coelho (2014) acreditarem que esse é o momento para se pactuar um novo padrão de responsabilidade estatal, no qual haja menos corrupção e melhores serviços públicos, em troca da tolerância de cobrança de avultados níveis de impostos da sociedade.

Portanto, não se pode falar em obstáculos à promoção de justiça fiscal sem conceder centralidade à conquista dos corações e mentes por esse discurso de que o Estado retira muito dos contribuintes e gasta mal, devendo ter seu tamanho reduzido. E foi no desabrochar dessas emoções que a direita capturou o movimento de 2013, primordialmente pautado na cidadania, para suas queixas e insatisfação com a atuação estatal. Não se quer aqui dizer que as demandas a esquerda foram subsumidas, porém ganhou prominência pautas que historicamente expressam as demandas da direita.

Nessa direção, Chauí (2013) interpreta que as manifestações de 2013 em alguns momentos expressaram notoriamente intolerância política com fortes traços de fascismo, tendo fontes eminentemente conservadoras e com pautas que saíam em defesa de moralismos perigosos à democracia. Foi assim que para a autora o teor progressista do movimento foi sequestrado por reações antipartidárias que poderiam descambar no golpismo barato. Previsão muito bem acertada. A intolerância as expressões políticas corroboram a interpretação de Chauí (2013). A recusa aos partidos políticos, diga-se de passagem, de esquerda, foram notórias no momento em que os manifestantes com bandeiras partidárias foram às ruas comemorar a redução da tarifa do transporte e nessa feita foram recepcionadas de modo truculento por parte da massa, sendo execrados, espancados e expulsos. Esse sentimento de meu partido é meu país fez-se muito presente nos protestos, desaguando em uma repulsa a política. E justamente nessa emoção apolítica é que estava o perigo das manifestações de 2013. Em um passe de mágica os setores mais conservadores da sociedade moldaram as demandas que expressavam um teor de mais e melhor atuação do Estado para uma insatisfação generalizada com os rumos seguidos pela democracia e suas instâncias deliberativas.

A despeito de muito ainda se ter a labutar na democracia brasileira, o que Chauí (2013) chama atenção é que os movimentos de 2013 ao invés de lutarem por uma nova política, de aprimoramento das instâncias representativas, se ergueram contra a política

evocando para isso as denúncias de corrupção. Embora tenham sido colhidos bons frutos da democracia, a postura da sociedade expressava incomodo em relação ao desempenho da mesma, sentimento que ficou notório nas manifestações de 2013 (FONTENELLE, 2016; AVRITZER, 2016). Não parece descabido, portanto, afirmar que o nascedouro da crise política que o Brasil vivencia hoje se deu em 2013, momento no qual foi delineada a corrupção e a insatisfação com o Estado como as bandeiras de luta nacional.

Um efeito carona, por parte dos setores mais conservadores da sociedade, parece ter tomado conta das manifestações de 2013. Como aponta Singer (2013) às tendências de centro e direita pegaram carona em um movimento embalado pela corrente e pelos princípios de esquerda, mas a certa altura do caminho os caronistas foram tantos que galgaram forças para redefinir os rumos da locomotiva. O teor mais progressista sucumbiu à entrada dos atores conservadores, que apoiados pela mídia televisiva, projetaram outra agenda para as manifestações (AVRITZER, 2016). Com a saída as ruas de importantes setores da classe média o que outrora era um movimento da nova esquerda tornou-se um movimento híbrido composto desde a extrema-esquerda até a extrema-direita, com um viés oposicionista ao governo federal que não tinha proeminência nos nascedouros esquerdistas do movimento (SINGER, 2013). A partir de então se fortaleceu o viés conservador nos protestos, emergindo inclusive novos atores sociais, como o MBL (Movimento Brasil Livre) que se tornaria no futuro próximo, 2014 e 2015, um dos mais proeminentes atidores do conservadorismo (AVRITZER, 2017).

A direita, personificada na classe média, enxergou naquele momento a chance de expressar sua insatisfação com um modelo de desenvolvimento que perdia a capacidade de atender simultaneamente aos interesses de gregos e troianos. A crise internacional de 2008 não dava sinais de ser efêmera, e para a classe média, a alta da inflação dos serviços podia ser o primeiro sinal de que a situação econômica do país não seria tão alvissareira no futuro limítrofe. Querendo garantir seu quinhão, no bojo das críticas pelo transporte coletivo melhor e mais barato e pelos serviços de saúde e educação, os caronistas da classe média embutiram a demanda por redução na tributação e combate a corrupção. Esse foi o caminho encontrado pela direita para com legitimidade e apoio popular atizar a crítica e a insatisfação com a esquerda no governo federal.

É bem verdade que a ocupação das ruas, em 2013, estava longe de ser um movimento da classe mais popular, com demandas fortemente proletárias. As ruas, em 2013, foram tomadas pela classe média, tanto a que “ascendeu” como classe média nos governos PT como a que já de berço é classe média tradicional. Porém, as distinções que não são tênues entre os ascendidos a classe média e classe tradicional compareceu em suas demandas atuais. Enquanto os primeiros sejam com metas materialistas ou pós-

materialistas aparentavam ansiar mais e melhor atuação do Estado na provisão de proteção social, mesmo com demandas aparentemente de consumidor, os segundos queriam expressar nas ruas seu mal-estar com o governo atual e as escolhas políticas que mitigaram o seu *status quo*, em um claro sentimento de menos presença do Estado.

Pinto (2016) chama atenção para um fato que nesse texto será associado como uma das prováveis motivações que despertou a classe média, de direita, a sair às ruas a protestar. A autora aponta que reações conservadoras podem emergir quando uma classe é ameaçada em privilégios que se sentia plenamente segura. A permanência do PT por mais de uma década naturalmente colocava em xeque privilégios de classe, havendo, conforme Avritzer (2016), uma aproximação recente da classe média com a classe popular dado o reordenamento social proveniente da diminuição da desigualdade. Todavia, como quase todo interregno de gestão PT foi acompanhado de bons ventos da economia houve um jogo onde todos ganhavam, embora os ricos ganhassem mais. No ano de 2013 os sinais de enfraquecimento da economia delineavam um futuro de acirramento na disputa pelo fundo público, o que pode ter tonificado o receio da classe média de ter seu *status quo* abalado.

A conclusão de Singer (2013) para a composição social dos acontecimentos de 2013 parece, portanto, bastante plausível. O autor aponta que as manifestações de 2013 foram, concomitantemente, a expressão de uma classe média tradicional e de suas queixas a aspectos cotidianos, como de um novo proletariado, jovens, em sua maioria, que alçaram emprego formal na década lulista, mas ainda experimentavam um mercado laboral de baixa remuneração, alta rotatividade e péssimas condições de trabalho. Esse grupo que Singer (2013) chamou de novo proletariado é entendido pelo nível de renda e de escolaridade como a nova classe média, muito distante em outros aspectos da classe média tradicional.

Não obstante, uma literatura bem vasta⁵, a despeito de reconhecer a presença da direita e da classe média tradicional, enxergou 2013 como um movimento de teor progressista, com franco potencial de culminar benéficas mudanças sociais. Ledo engano, nem podiam, os entusiastas de 2013, imaginar que aquele rio de insatisfação popular conduziria a águas nada tranquilas, em um futuro marcado por ascendentes retrocessos nas conquistas sociais.

Nesse texto foram percorridas diversas interpretações das manifestações de 2013 realizadas posteriormente. Cabe indagar quais significados foram ecoados para a sociedade no calor do momento, ou seja, o que as mídias vocalizaram como interpretação para tamanha adesão popular. A resposta para esse questionamento foi acessada em Cattani (2014). O autor, analisando de modo vasto os noticiários da grande mídia especializada, captou que as lideranças empresariais e o *mainstream* econômico reverberaram que os

⁵ Só para citar alguns: Scalon (2013); Antunes e Braga (2014); Antunes (2013); Warren (2014); Gohn (2014); Lacerda e Peres (2014); Peruzzo (2013)

protestos, em 2013, representavam uma notória crítica à atuação estatal. A grande mídia interpretou as manifestações como a expressão da insatisfação popular com os governos petistas e sua ineficiência na promoção do bem-estar, deixando nas entrelinhas que o Estado, magicamente, precisa investir mais no social e arrecadar menos (CATTANI, 2014). De modo oportunista, o *mainstream* econômico procurou idealizar que as passeatas de 2013 refletiam o desejo da sociedade de redução da tributação e menor presença do Estado na economia (CATTANI, 2014). Avtrizer (2016) comunga dessa perspectiva ao considerar que a mídia televisiva carimbou o movimento como um protesto contra o governo federal, contribuindo para a captura por setores conservadores das pautas.

Essa interpretação projetada pelo *mainstream* econômico deve ter influenciado os acontecimentos posteriores, sendo relevante apontar as promessas feitas e os resultados logrados como respostas aos protestos de 2013. Pensando na pauta inicial dos protestos, revogação do aumento de R\$ 0,20 na tarifa do transporte, pode-se afirmar que o movimento angariou êxito. Todavia, diversas outras demandas erguidas, em 2013, não obtiveram respostas imediatas, e certamente não o terão por longa data. A reação do governo federal em decorrência da pressão da multidão nas ruas merece, a despeito de diminutas respostas concretas, ser destacada. Respeitando à força “popular” que ocupou as ruas a presidenta Dilma Rousseff anunciou, em cadeia nacional de rádio e televisão, que os clamores da população eram pertinentes e seriam considerados. Após avaliar as diversas demandas que emergiam das ruas o governo federal comprometeu-se a pautar uma reforma política, e, majorar os investimentos em segurança pública, mobilidade urbana, educação e saúde. A reforma política foi de imediato barrada pelas forças partidárias de oposição ao governo federal e pelo Supremo Tribunal Federal, mas os investimentos sociais seriam alcançados (ANTUNES; BRAGA, 2014) por um plano que previa investimento de R\$ 51 bilhões em mobilidade urbana, e a contratação de 35 mil médicos para suprir a demanda não satisfeita.

Além das conquistas instantâneas via executivo, cabe destacar duas ações na Câmara dos Deputados decorrentes das manifestações. A primeira refere-se ao arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional 37, no dia 25 de junho de 2013, que vetava a possibilidade de o ministério público fazer investigações de modo independente. E a segunda diz respeito à aprovação, em 26 de junho de 2013, do projeto de lei do Executivo que destinava 75% dos recursos dos royalties de petróleo para a educação pública, com ênfase no nível da educação básica, e 25% para a saúde. Não tem como negar, portanto, que o executivo e o Congresso Nacional mudaram suas prioridades. Como efeito político moldado no calor das manifestações destaca-se a queda na popularidade da Presidenta Dilma Rousseff e outros representantes de instâncias subnacionais, como o governador de São Paulo Geraldo Alckmin e o prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Conforme a

pesquisa IBOPE, em três semanas de manifestação, a aprovação ao governo Dilma caiu para 30%, a do governo de Alckmin para 14%, e do prefeito Fernando Haddad para 16% (CARDOSO; DI FÁTIMA, 2013).

Em que pese à tentativa do governo federal de atender prontamente algumas demandas, a queda na aprovação de Dilma despontou suspeita de que poderia as manifestações apresentar efeitos lesivos nas eleições de 2014, culminando até mesmo na derrocada da reeleição de Dilma Rousseff. As suspeitas não foram confirmadas, mas a vitória de Dilma com diminuta diferença de margem, em relação ao candidato Aécio Neves, pode ter sido um dos efeitos da insatisfação popular e os questionamentos ao governo Dilma atizados em 2013. Esse palpite, de certa forma, encontra respaldo nos acontecimentos posteriores tais como as manifestações contra a reeleição de Dilma, em 2014 e 2015, até seu *impeachment*, em 2016.

4. Considerações Finais

No período recente a sociedade brasileira parece experimentar uma postura mais conservadora em diversos aspectos tais como políticos, religiosos, culturais, em especial em sua crítica à atuação estatal. O país testemunha uma maior representativa de parlamentares extremistas, o fortalecimento da intolerância religiosa, de gênero, e as minorias sexuais, as críticas aos direitos humanos, sem falar dos claros manifestos de uma intervenção militar. Esses e outros elementos que as grandes mídias e as redes sociais têm vocalizado, sinalizam para a vivência de uma onda conservadora que se alinha a um movimento mundial de mitigação da solidariedade e dos direitos fundamentais.

Diante desse cenário, essa pesquisa se propôs a investigar as preferências dos brasileiros, como modo de compreender os sinais de um processo de ascensão do conservadorismo econômico e a descrença em relação ao papel do Estado.

Os dados dos Barômetro das Américas apontam que os brasileiros são favoráveis a ações redistributivas e intervenção do Estado na economia, mas nos últimos anos a postura se tornou mais conservadora dado a mitigação desse apoio. Olhando especificamente o Programa Bolsa Família se percebe um apoio elevado, mas também com trajetória de queda. Em relação a tributação para financiar serviços sociais o apoio dos brasileiros apresenta-se moderado, com tendência de queda.

Há de se ponderar que a pobreza de informações inviabilizou delinear um cenário mais completo das preferências sociais. Todavia, as estatísticas descritivas apresentadas e os autores citados sugerem, de modo geral, uma postura recente mais conservadora em relação à redistribuição, à tributação e atuação do Estado. E as interpretações sobre as manifestações de 2013 e seus significados avalizam esses achados.

Os protestos de 2013 apresentaram a insatisfação da sociedade com diversos aspectos da vida cotidiana tais como transporte público, direito à cidade, o ambiente político, e os serviços de saúde educação. As reivindicações em relação a atuação do Estado apontavam o desejo, de modo geral da “nova classe média”, de suavização da tributação e de escolas e hospitais no “Padrão FIFA”, claros sinais de descrença no setor público e anseios pelo consumo privado. As demandas, em sua diversidade, indiciavam uma cultura do consumo impregnada, em um notório processo de ascendência do consumidor-cidadão.

Em que pese uma vasta literatura ter enxergado as manifestações de 2013 como movimento de teor progressista, com destacado potencial de afiançar transformações sociais, o que se percebeu na prática foi a captura do movimento pela direita, com redefinição das pautas. A medida que a direita ganhava espaço, as críticas à gestão federal, a corrupção e a tributação ganhavam proeminência e pouco a pouco davam uma nova tônica para as manifestações.

Os entusiastas do movimento de 2013 não podiam imaginar que aquele movimento conduziria a águas futuras nadas tranquilas, com efeitos lesivos aos direitos sociais. Aventura-se que as jornadas de 2013 teriam aberto as brechas para o fortalecimento da direita e de seu projeto de nação sem prioridade para as demandas populacionais, sendo a consumação do *impeachment* de Dilma Rousseff o resultado, de médio prazo, mais contundente desse fato.

Referências

- ALMEIDA, A. C. *O dedo na ferida: menos imposto, mais consumo*. Rio de Janeiro: Record, 2010. 193 p.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho e julho de 2013. *R. Pol. Públ.*, Número Especial, p. 41-47, 2014
- ARRETCHE, M.; ARAÚJO, V. O Brasil tornou-se mais conservador?. *Novos Estudos CEBARAP*, Especial, p. 15-22, 2017.
- AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 166 p.
- _____. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião pública*, v. 23, nº 1, 2017.
- BÉNABOU, R.; OK, E. Social mobility and the demand for redistribution: The Poupou hypothesis. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 116, n. 2, p. 447 – 487, 2001.
- CARDOSO, G.; DI FÁTIMA, B. Movimento em rede e protestos no Brasil. Qual gigante acordou? *Eco Pos. Dossiê Mídia, Intelectuais e Política*, v. 16, n. 2, p. 143-176, 2013.
- CATTANI, A. D. O significado dos protestos urbanos segundo o *mainstream* econômico. In: CATTANI, A. D. (Org.). *# protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

- CHAUÍ, M. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e Debate*, n. 113. 2013.
- CRUZ, D. S.; BONIFÁCIO, J. S. Instituições e geração democrática: as jornadas de junho e julho de 2013. *Em Debate*, v.6, n.4, p.52-85, ago. 2014.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público: Performace e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 97,2013.
- FONTENELLE, I. A. Alcances e limites da crítica no contexto da cultura política do consumo. *Estudos Avançados*, v. 30, n.87, 2016.
- LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A.; WALTENBERG, F.; MÉNDEZ, Y. S. *Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social?*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem - Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014, v.1. p.172
- LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serv. Soc. Soc*, n. 124, p. 652-664, 2015.
- MELO, M. A.; BARRIENTOS, A.; COELHO, A.C. Taxation, redistribution and the social contract in Brazil. IRIBA working paper nº 11. 2014.
- MÉNDEZ; Y. S; WALTENBERG, F. D. Aversão à desigualdade e preferências por redistribuição: a percepção de mobilidade econômica as afeta no Brasil?. *Estud. Econ.*, São Paulo, v.46, n.1, p. 91-125, jan.-mar. 2016.
- PINHEIRO, B. S. M. Interações entre demanda por redistribuição e políticas redistributivas: uma análise para o Brasil no período de 1991-2014. Dissertação (Mestrado em Economia)-Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- PINTO, C. R. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos – 1986-2016. 2016
- SCALON, C. Juventude, igualdade e protestos. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, 2013.
- SILVA, C.; FIGUEIREDO, E. Movilidad social y demanda de redistribución del ingreso en América Latina. *Revista CEPAL*, V. 110, p. 69 – 84,2013.
- SILVEIRA, F. G.; PASSOS, L. Impactos distributivos da tributação e do gasto social-2003 e 2008. In: AFONSO, J. R.; LUKIC, M. R.; ORAIR, R.; SILVEIRA, F. G (Orgs.). *Tributação e desigualdade*. Letramento: Rio de Janeiro, 2017.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 97, 2013.
- STREECK, W. O cidadão como consumidor. *Revista Piauí*, Edição 79, 2013.
- TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXERA, A. C. C. Protesto à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). *Direta volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1 ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, v. 1, p. 197-213.
- WARREN, I. S. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.